

Escola Crítica nas Organizações: entre demarcações e aplicações pedagógicas, sua importância

GUSTAVO DOS SANTOS MIRANDA DE AVELAR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

JOÃO FERNANDES JORGE DE SIQUEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

ALEX FERNANDES MAGALHÃES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

Agradecimento à orgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ESCOLA CRÍTICA NAS ORGANIZAÇÕES: ENTRE DEMARCAÇÕES E APLICAÇÕES PEDAGÓGICAS, SUA IMPORTÂNCIA

Introdução

A Administração, enquanto campo científico, tem sido influenciada por diferentes perspectivas teóricas provenientes de áreas diversas, tais como Engenharia de Produção, Sociologia, Psicologia, Biologia, dentre outras, que trouxeram contribuições para a gestão e foram adaptadas às práticas administrativas. No entanto, a falta de questionamentos em sentido social e histórico, assim como a ênfase no lucro e no controle excessivo têm caracterizado muitas práticas administrativas como direcionadas por visão acrítica, tecnicista e ferramental, limitando o potencial contributivo da Administração para além das fronteiras das organizações e contribuindo para a manutenção do *status quo* e da lógica capitalista.

Os estudos da chamada Escola Crítica têm por premissa questionar e transformar a sociedade, guiando-se por fundamentações teóricas, sem a criação de um *handbook*, mas pela sua presença questionadora que quer não somente compreender a realidade, mas moldá-la em prol do crescimento e desenvolvimento coletivo (FARIA, 2007). Esses estudos se tornam cada vez mais importantes e fundamentais na Administração, tendo em vista que suas tradicionais teorias têm sido mais pautadas em um racionalismo extremo, em um funcionalismo exacerbado e uma constante busca pela *performance* das organizações, no sentido de saber aplicar a ferramenta certa, no contexto certo, para que se atinjam cada vez mais lucros (MATTOS et. al, 2003). Nesse sentido, os estudos administrativos estão se voltando para a criação de manuais de práticas e *gurus* da consultoria, que preparam receitas de sucesso para as empresas e as vendem em massa.

Esse contexto, por vezes, transforma métodos em “teorias”, que acabam sendo transferidas entre as gerações de docentes e discentes como dogmas ou verdades incontestáveis. Mesmo em se tratando das chamadas Teorias da Administração, notam-se alguns exemplos de trabalhos que, até hoje, são ensinados em diversos programas de graduação e pós-graduação e postos como soluções ou guias práticos de gestão, pautados em uma racionalidade instrumental, voltada para o *management*. Podemos ilustrar a questão com a proposta Administração Científica de Henry Taylor (2009). Santos *et al* (2020, p. 165) pontuam que “a visão de ciência trazida por Taylor é parca. Não cumpre as discussões necessárias à reflexão científica em seus quatro pilares mestres, quais sejam, epistemológicos, ontológicos, teóricos e metodológicos”.

Nesse sentido, para os autores, Taylor não poderia ser tomado como um fundador de uma ciência administrativa, muito menos ter sua imagem mitificada no campo, pois oferece em seu trabalho apenas algumas ideias principiológicas como tentativa de teoria, juntamente com uma base empírica como metodologia. No entanto, essas falhas não impediram Taylor de reivindicar um caráter universalista para a sua *ciência administrativa* (SANTOS *et al*, 2020). Ademais, Taylor tinha pretensões universais, generalistas para as práticas administrativas e seu empirismo fazia com que ele se aproximasse das características modernas do positivismo (SANTOS *et al*, 2020). Nota-se, então, que essas características contribuíram para transformar a ciência moderna em um dogma e um mito, destacando a falta de discussão reflexiva e crítica na narrativa científica. Nesse sentido, a Administração poderia se beneficiar de uma abordagem mais reflexiva e crítica, questionando os parâmetros epistemológicos que guiam a pesquisa nos estudos organizacionais (PAES DE PAULA, 2016).

A abordagem paradigmática tradicional não é mais suficiente, de modo que não existe apenas uma maneira correta de fazer pesquisa e compreender a realidade e as *boas práticas* organizacionais. A escola crítica, enquanto campo de estudo e avanço, nos convida a fazer ciência de forma coletiva e questionadora, desse modo, as diferentes demarcações no campo surgem como constituintes do processo de compreensão e emancipação dos pesquisadores.

Diante desse contexto, o objetivo deste ensaio teórico é reafirmar a importância da escola crítica como uma abordagem fundamental para os estudos e avanços da Administração. Ao longo das últimas décadas, pesquisadores como Faria, Paula, Burrell, Morgan e Saccol têm contribuído para a demarcação do campo e para a construção de perspectivas críticas na Administração. Neste trabalho, busca-se, então, explorar as possibilidades de utilização da escola crítica como recurso pedagógico na formação de futuros administradores e pesquisadores, enfatizando sua relevância no desenvolvimento de uma visão reflexiva e transformadora dos estudos organizacionais e da prática administrativa.

Escola Crítica na Administração

Os estudos em Administração ainda são bastante questionados em relação à sua caracterização como uma ciência propriamente dita, tendo em vista sua aplicabilidade para a manutenção da lógica gerencialista e comprometida com produtividade e lucratividade ao longo dos anos. Por seu viés predominantemente funcionalista, muitos autores e pesquisadores entendem a área apenas como um campo tecnicista e de aplicações práticas (CABRAL *et al*, 2020). É importante aqui mencionar que a Administração está em constante movimento, em busca de um caminho no qual possa moldar critérios e demarcar posições legítimas e independentes (CABRAL *et al*, 2020). Porém por se amparar em diferentes fontes e áreas de estudos, como a Biologia, a Engenharia de Produção, o Direito, a Estatística, a Sociologia, a Psicologia e dentre inúmeras outras, torna-se bastante complexo delimitar o que é de fato criado e produzido cientificamente pelos pesquisadores e estudiosos da Administração. Isso faz com que esse campo de estudos possua uma

Identidade complexa, que faz com que tenha um olhar multifacetado da realidade, permitindo interpretações contextuais que, de certo modo, chancelam o seu viés de um campo dinâmico e sistemático, voltado à mudança, seja por meio de análises e reflexões dos contextos sobre os quais se debruça, seja através de proposições e intervenções concretas voltadas à transformação dos mesmos (CABRAL *et al*, 2020, p. 55).

Nesse sentido, a escola crítica sofre embargos ainda maiores. Chamamos aqui de escola crítica o campo analítico da Administração caracterizado por diferentes teorias e perspectivas teórico-metodológicas que se propõe contrário ao positivismo e funcionalismo hegemônico junto às práticas administrativas, ressaltando aspectos sociais e históricos, enfatizando a dinâmica das relações de poder em meio ao cotidiano da vida coletiva e tendo como principal interesse a emancipação em meio às estratégias ideológicas que marcam a realidade, mobilizando-nos à mudança social. Nesse sentido, nota-se que a área dos estudos organizacionais brasileiros se mostra promissora em relação a essa vertente, como forma de buscar um caráter mais reflexivo, emancipatório e desvinculado as práticas funcionalistas (CABRAL *et al*, 2020; MARANHÃO & VILELA, 2017; FARIA, MENEGHETTI & STEFANI, 2016; MONJE-REYES, 2015). Os estudos teóricos avançam à medida que possibilitam fazer novas perguntas, abrir novas reflexões e debates acerca de assuntos já abordados empiricamente, que emergem e contribuem, para a compreensão, por exemplo, das relações de poder e dominação (FARIA, MENEGHETTI & STEFANI, 2016; MONJE-REYES, 2015).

A ideia de uma teoria crítica, uma das bases do que aqui chamamos de escola crítica, encontra sua base no trabalho de Max Horkheimer em "Teoria Tradicional e Teoria Crítica" (NOBRE, 2004, p.12). O termo "teoria crítica" representa uma concepção filosófica que é autoconsciente e reflexiva da "crítica dialética da economia política", uma ideia central que permeava o círculo de estudos liderado por Horkheimer (MOSTAGI, NOGUEIRA & CONTE, 2017).

Essa teoria se concretiza na escola de Frankfurt, tendo influências do marxismo, mas com conceituações e linhas de investigações próprias, que abordam outras perspectivas além da luta de classes, do pragmatismo como finalidade e métodos objetivistas como únicos enquanto científicos (NOBRE, 2004; MOSTAGI, NOGUEIRA; CONTE, 2017). Segundo Faria (2009), a escola Frankfuriana é definida como marxismo ocidental, pois se desvincula de desvios políticos que resultaram em regimes autoritários. Além disso, pode ser melhor compreendida se pensada em três gerações, não absolutas. A primeira, mais próxima do marxismo, formada por Adorno, Benjamin, Marcuse, Pollock, Bloch e Fromm; a segunda, mais afastada do marxismo ortodoxo e precedida por Habermas; e, a terceira, liderada por Honneth, que resgata contribuições de Hegel e com algumas abordagens decorrentes do trabalho de Habermas (MOSTAGI, NOGUEIRA; CONTE, 2017).

Segundo Burrell e Morgan (1979), a teoria crítica pode ser descrita como a parte da filosofia social que almeja construir o conhecimento pela via da filosofia, da teoria e da prática simultaneamente, buscando revelar a sociedade tal como ela é e apontar contradições nas relações sociais vigentes que lançam fundamentos para a emancipação via mudança radical das relações sociais (MOSTAGI, NOGUEIRA; CONTE, 2017).

Ademais, sua principal característica é questionar a realidade, para modificá-la, em outras palavras, dar lugar ao desenvolvimento coletivo no lugar do individualismo atual, buscando a emancipação humana e a conscientização de sujeitos que passam a constituir sua própria história e a escrevê-la coletivamente. Tal teoria é baseada em seis categorias de análise: contradições, ideologia dominante, racionalidades dominantes, contexto social-histórico, emancipação e conscientização individual e coletiva (FARIA, 2007; MOSTAGI, NOGUEIRA; CONTE, 2017).

Aplicado ao campo organizacional, a teoria crítica propõe que os estudos da vida nas organizações devem investigar mais que as racionalidades instrumentais, sendo necessário apurar, via um esquema teórico, metodológico e dialético, o poder e as formas de controle que emergem das organizações e atuam sobre os sujeitos, de modo a instituir o que pode e o que não pode ser dito e criando um contexto social marcado de racionalidades e subjetividades.

As organizações são, de fato, construções sociais e históricas que adquirem autonomia relativa em relação aos sujeitos que as constituíram e que se consolidam como instâncias de mediação entre os interesses dos sujeitos a elas vinculados e os objetivos para os quais foram criadas. As organizações não são entes abstratos, sujeitos absolutos, entidades plenamente autônomas, unidades totalizadoras e independentes, mas construções sociais dinâmicas e contraditórias, nas quais convivem estruturas formais e subjetivas, manifestas e ocultas, concretas e imaginárias (FARIA, 2007, p. 03).

Então, um dos maiores desafios da teoria crítica, conforme Melo (2013), consiste na necessidade constante de repensar e renovar seus pressupostos, conceitos e contextos, à medida que, não apenas o mercado e as empresas passam diariamente por essas (re)modelagens, com novos obstáculos e formas de dominação e de poder (LARA & VIZEU, 2019), como também a própria academia abraça os estudos voltados para a *performance* e para o *business*. Nesse sentido, a crítica em Administração possui uma natureza inacabada (NOBRE, 2004) e virtualmente infinita, sendo, na visão de Lara e Vizeu (2019), uma perspectiva teórica em constante renovação e sujeita ao teste da história.

Entende-se, então, que a própria ideia de uma teoria crítica, ao buscar pela incorporação de novos dados e reflexões ao corpo teórico já estabelecido, relacionando-o constantemente com o conhecimento disponível sobre a natureza humana e social em um determinado momento histórico (FREITAG, 2004, p. 39), estabelece uma multiplicidade de perspectivas, caracterizando-se, assim, como uma escola crítica aplicada aos estados organizacionais. Trata-se de uma agenda com fundamentos claros, mas com diagnóstico em constante evolução,

sempre desafiado pelas complexidades sociais e humanas reveladas pelo movimento histórico, tendo seu objetivo a identificação dos obstáculos à emancipação e a busca por superá-los por meio da prática crítica (LARA & VIZEU, 2019).

Em seus estudos, Davel e Alcadipani (2003) elaboraram uma tabela no qual lista critérios nos quais são alinhados os trabalhos que podem, de fato, se dizerem críticos, considerando-se, ainda, que a crítica pela crítica não pode ser confundida com estudos que compõem a Escola Crítica (PAES DE PAULA, 2010).

Quadro 1 - Critérios de artigos críticos

Critérios	Questões - Chave
Visão desnaturalizada	A organização e/ou a teoria são tratadas como sendo inseridas em contextos sócio-históricos específicos, como entidades relativas? O discurso organizacional é apresentado como sendo suscetível de falhas, contradições e incongruências? Os aspectos de dominação, controle, exploração e exclusão na teoria ou na prática são revelados e/ou questionados?
Desvinculação da performance	A preocupação com a melhoria de ganhos pecuniários, performance, rentabilidade, lucratividade e/ou produtividade orienta a pesquisa? O conhecimento gerado está submetido às questões de melhoria da performance, eficiência, eficácia e/ou lucratividade?
Intenção emancipatória	Os modos de exploração, dominação ou controle que inibem a realização do potencial humano são identificados, denunciados ou levados em consideração? A emancipação das pessoas e a humanização da organização fazem parte dos objetivos do artigo?

Fonte: Davel e Alcadipani (2003).

Contudo, mostrar-se crítico à realidade é também se posicionar, epistemologicamente, ontologicamente e politicamente, tanto para a produção de conhecimento, quanto em defesa do conhecimento produzido. Nesse sentido, é imprescindível falar sobre paradigmas e demarcações epistemológicas no campo da Administração.

Paradigmas e demarcações epistemológicas na Administração

As discussões que contemplam as abordagens paradigmáticas se destacaram nos estudos organizacionais nas últimas décadas, pois a estruturação e a defesa da pesquisa, de modo geral, estão comumente ligadas a tal escolha. Um paradigma pode ser definido como um conjunto de pressupostos e crenças, partilhada por um grupo, sobre a realidade. Nesse sentido, cada

paradigma contempla um conjunto distinto de afirmações ontológicas e epistemológicas, ou seja, como os fenômenos são e como o conhecimento deve ser produzido. E, por este motivo, tais premissas também servem de guia para a escolha metodológica do trabalho científico (SACCOL, 2009; MOSTAGI, NOGUEIRA; CONTE, 2017). Tais escolhas devem ser feitas, pois a busca pela emancipação, caracterizada pela capacidade do sujeito de assumir o controle de sua própria história e enxergar seu contexto além do discurso dominante, frequentemente resulta na necessidade de estabelecer demarcações distintas para compreender a realidade de maneira mais abrangente.

Kuhn (2009, p.13), filósofo que populariza o termo paradigma, pontua: “considero ‘paradigmas’ as realizações científicas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. O termo, segundo o autor, recebe dois sentidos diferentes: um diz respeito a um conjunto de crenças, valores, técnicas, entre outras, compartilhadas por um grupo de determinada comunidade; e o outro está vinculado a transposição de soluções completas empregadas como base para solucionar o restante do quebra cabeça da ciência normal (KUHN, 2009, p.218).

As discussões sobre paradigmas, entretanto, não são simples como na descrição acima proposta. De modo geral, há uma defesa constante de manutenção de certa coerência nas pesquisas e intervenções de natureza crítica no campo das organizações que pode, por sua vez, limitar as interlocuções e possibilidades de revisão e reformulações que marcam a própria ideia do que se defende como escola crítica. Não é raro se deparar com trabalhos na área que, embora se proponham como críticos, tendem também a adaptar as possibilidades de compreensão da realidade aos argumentos e proposições já consagradas, num movimento de maior reprodução do que necessariamente produção de conhecimento, pauta do que se defende como objetivo de uma escola crítica. O desafio vai se tornando, então, constante nos cursos de graduação e pós-graduação, já que muitos docentes e discentes encontram dificuldades em estruturar e caracterizar seus trabalhos em meio à diversidade e multiplicidade de vertentes que marcam a escola crítica. Como forma de elucidar algumas contribuições didáticas no que se refere às demarcações das vertentes críticas, nesta sessão serão abordadas as divisões propostas por Burrell e Morgan (1979), Faria (2007), Saccol (2009) e Paes de Paula (2016).

A divisão paradigmática proposta por Burrell e Morgan (1979) parte de dois eixos perpendiculares que se cruzam no meio: o eixo horizontal, da esquerda para a direita, revela o subjetivo e o objetivo; ao passo que, o eixo vertical, de baixo para cima, aponta a sociologia da regulação e a sociologia da mudança radical. Os quatro quadrantes ordenadamente, demarcam o Estruturalismo Radical, Humanismo Radical, Interpretativismo e Funcionalismo.

Figura 1 – Divisão paradigmática



Fonte: Burrell; Morgan (1979).

O Estruturalismo Radical se aporta na sociologia da mudança radical e adota uma visão objetiva da realidade. Parte-se de uma crítica radical da sociedade no que tange a ação das estruturas no contexto social, das contradições e nos conflitos estruturais e se almeja a emancipação humana e a mudança radical (BURRELL; MORGAN, 1979; MOSTAGI, NOGUEIRA; CONTE, 2017).

O Humanismo Radical, à medida que enfatiza a necessidade de romper e/ou de transcender as limitações dos arranjos sociais vigentes, desenvolve de modo subjetivo, a sociologia da mudança radical. Esse paradigma posiciona-se como antipositivista e também se refere à dominação da consciência humana pelas superestruturas ideológicas e criticam o *status quo* (BURRELL; MORGAN, 1979; MOSTAGI, NOGUEIRA; CONTE, 2017).

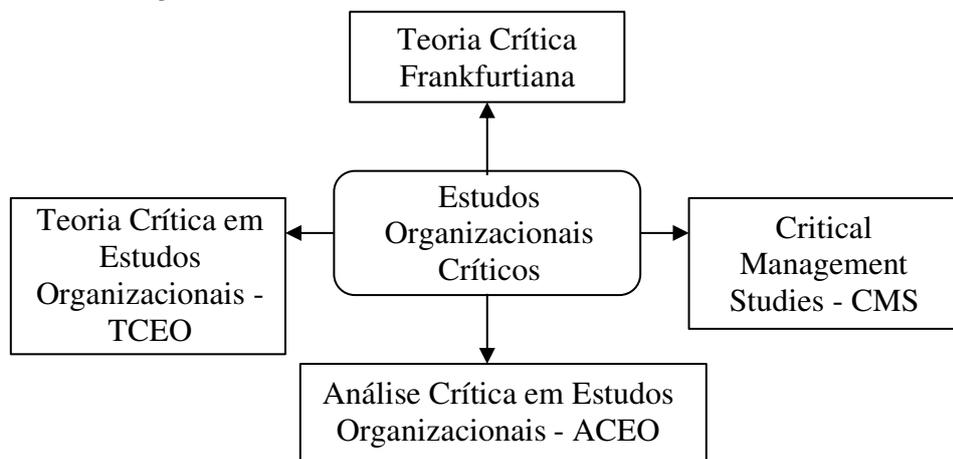
O interpretativismo busca compreender e explicar a realidade social a partir dos indivíduos que a constituem, principalmente sobre como os sentimentos humanos se transformam em ações. É antipositivista e subjetivo, parte da noção de realidade social existente na consciência do indivíduo e partilha de valores intersubjetivamente. Contudo, é de natureza regulatória, pois pressupõe que a realidade social é coesa, ordenada e integrada (BURRELL; MORGAN, 1979; MOSTAGI, NOGUEIRA; CONTE, 2017).

O funcionalismo, por sua vez, é objetivo e regulatório, com predominância no realismo e na ciência positiva, onde o mundo existe independentemente do indivíduo, exerce sobre ele um condicionamento e pode ser explicado por relações causais e de regularidade que só podem ser aferidas de modo empírico (BURRELL; MORGAN, 1979; MOSTAGI, NOGUEIRA; CONTE, 2017).

Na proposição de demarcações paradigmáticas de Burrell e Morgan (1979) notamos, entretanto, que há fronteiras entre campos, mantendo a incomensurabilidade paradigmática e limitando a interlocuções e as possíveis intersecções entre epistemologias, especialmente se pensada a complexidade da realidade de estudos num contexto organizacional. No que se refere aos intuítos de uma escola crítica, deve-se, inclusive, evitar que as demarcações paradigmáticas sirvam de molde à produção do conhecimento, haja vista a transitoriedade de posicionamentos e a própria mutabilidade da realidade social e histórica, o que inclui as formas de produção científica.

Dessa forma, embora o modelo de Burrell e Morgan (1979) seja bastante presente nas pesquisas administrativas, entende-se aqui que não deva ser tomado como única demarcação possível. Uma outra forma de compreender a configuração do campo crítico nos estudos organizacionais é trazida por Faria (2009), que propõe a seguinte demarcação:

Figura 2 - Áreas de estudos organizacionais críticos



Fonte: Faria (2009).

A organização de estudos críticos no campo dos estudos organizacionais proposta por Faria (2009) está dividida em quatro grandes áreas: a) a teoria crítica frankfurtiana, que se baseia nos estudos sociais e segue as orientações teóricas e filosóficas da Escola de Frankfurt, independentemente da geração a que se filia. Essa abordagem enfatiza a análise das estruturas de poder, ideologia e dominação presentes nas organizações, bem como a crítica à lógica do capitalismo e suas implicações para a vida social; b) a teoria crítica em estudos organizacionais, fundamentada no marxismo, concentra-se nos estudos e pesquisas sobre as organizações, com destaque para a centralidade do trabalho. Essa perspectiva analisa o processo e as relações de trabalho, a divisão do trabalho e a gestão do processo de trabalho, além de explorar outras dimensões, como a psicologia sócio-histórica, a psicossociologia crítica, as formas democráticas de gestão e as análises sobre Estado, poder e classes sociais. Essa área pode ser denominada de "economia política do poder em estudos organizacionais"; c) *critical management studies* (CMS), que têm como referência os trabalhos conduzidos principalmente por autores como Alvesson, Deetz e Willmott. Essa abordagem analisa criticamente as práticas e os discursos gerenciais, questionando as relações de poder e as formas de dominação presentes nas organizações, bem como explorando alternativas de gestão mais participativas e igualitárias; e d) a análise crítica em estudos organizacionais, que engloba perspectivas que se baseiam em novas dimensões teóricas, como o pós-estruturalismo de Foucault, o pós-modernismo de Lyotard, as análises institucionais de Lourau e Lapassade, o simbolismo de Bourdieu, o imaginário de Castoriadis e a teoria da complexidade de Morin, entre outros. Essas abordagens críticas, não necessariamente marxistas ou frankfurtianas, estudam as organizações a partir das relações de poder, explorando as dimensões simbólicas, discursivas e complexas presentes no contexto organizacional.

Essas diferentes correntes de estudos críticos em organizações buscam ampliar o entendimento das dinâmicas e estruturas organizacionais, oferecendo análises mais abrangentes e questionadoras, que vão além das abordagens convencionais. A interseção dessas perspectivas permite uma compreensão mais profunda das relações de poder, dominação, ideologia e transformação social presentes nas organizações. Faria (2009) nos ajuda, assim, a compreender as articulações teórico-metodológicas e epistemológicas entre vertentes críticas no campo dos estudos organizacionais, de forma didática e para fins de mobilizar a dialogicidade e interlocuções entre autores e pesquisadores, sem que limiar, entretanto, as contribuições futuras advindas de tais diálogos e interseções, o que nos chama à atenção o fato de uma provável reorganização da demarcação proposta com o passar dos anos e o desenvolvimento do campo científico.

Saccol (2009), por sua vez, além de situar a epistemologia positivista e a interpretativista e suas distinções paradigmáticas, busca desenvolver a análise ontológica proposta por Burrell e Morgan (1979) e apresenta três esferas: a ontologia realista, a ontologia idealista e a ontologia de interação entre o sujeito e o objeto. A primeira destaca a existência de uma realidade exterior, que independe da vontade do sujeito, nela, se busca leis e regras que regulamentam e normatizam as relações sociais. A segunda compreende que o real só existe à medida em que é percebido, ou seja, há um sujeito pensante cuja a base para a concepção da realidade são os próprios pensamentos. E, por fim, a terceira esfera está compreendida na interseção das esferas anteriores. A realidade é percebida e criada coletivamente, através do compartilhamento de significados entre as pessoas, ou seja, ela não está apartada dos indivíduos e nem é inteiramente construída por eles (MOSTAGI, NOGUEIRA; CONTE, 2017).

Por fim, Paes de Paula (2016, p.35) apresenta o círculo das matrizes epistêmicas, uma outra possibilidade de avanço no campo. Segundo a autora, este modelo busca recuperar as vinculações entre a filosofia e a ciência, mas sem absolutizá-las. Cada matriz deve ser interpretada como “guardadores de lugar de conhecimento”, com função de mediar a relação entre a filosofia e a ciência. Em sua proposta, destacam-se: a) a matriz empírico-analista, que

se inspira na filosofia positivista, na lógica formal e no tecnicismo; b) a matriz hermenêutica, aportada na filosofia hermenêutica, lógica interpretativa e preferência pelo interesse prático; e a matriz crítica, na filosofia negativa, lógica dialética e interesse emancipatório. “Em síntese, as abordagens sociológicas produzem suas teorias e metodologias, e se orientam de acordo com três matrizes epistêmicas, que se inspiram em uma filosofia e lógica de pensamento particulares” (PAES DE PAULA, 2016, p.35).

Figura 3 – Círculo das matrizes, epistêmicas, abordagens sociológicas, teóricas e metodológicas



Fonte: Paula (2016).

A matriz empírico-analítica tem grande parte de sua matriz epistemológica influenciada pela sociologia positiva, marcada pelo empirismo e formalismo. A filosofia positiva, por sua vez, pretende “indagar o sentido das proposições, buscando o máximo de rigor por meio da lógica formal”. Já a matriz hermenêutica é influenciada pela sociologia de caráter hermenêutico e filosofia hermenêutica. Pelo interesse prático, busca evitar uma ruptura da comunicação e almeja preservar “o conhecimento da autobiografia e da tradição coletiva pelos sujeitos, bem como a mediação entre indivíduos, grupos e civilizações diferentes”. A matriz crítica, influenciada pela filosofia negativa, é exatamente o oposto da filosofia positiva, busca atingir o conteúdo das proposições via lógica dialética, se preocupa com o que não está evidente revelando as contradições, que são tratadas de modo diferente entre os positivistas e os críticos. Os primeiros, buscam combater a propagação por considerarem anátemas; já os dialéticos as veem como possibilidades de reflexão para a superação da realidade, visando a emancipação (PAULA, 2016, p.35-36).

A crítica enquanto caminho para a produção do conhecimento e de práticas sociais nos convida a uma jornada de autoconhecimento enquanto pesquisador e sujeito social. Nesse sentido, é inevitável o surgimento de diferentes demarcações, tendo em vista o nível de envolvimento do pesquisador em seu contexto e a não neutralidade do ato de pesquisa. O que tentamos trazer aqui não é a incomensurabilidade das abordagens ou um melhor modelo, mas

sim, que o próprio caráter emancipatório da crítica faça emergir inúmeras formas de se posicionar enquanto pesquisador, o que pode gerar novas possibilidades, combinações a partir de modelos existentes ou até recombinações, a depender do que for necessário para a melhor compreensão do objeto, dos sujeitos envolvidos e suas complexidades.

Contudo, é válido apontar que, apesar de necessárias, as reflexões que não visam à lógica dominante do *business* e sua busca incansável pela eficiência, eficácia e efetividade tendem a ser marginalizadas ou até mesmo totalmente apagadas (FERRAZ, 2021), não só do mercado, como também do contexto acadêmico. Como já mencionado, muitas vezes o próprio contexto acadêmico já obriga que o pesquisador se enquadre em uma de suas categorizações consagradas, abraçando ferramentas e pensamentos já prontos e predeterminados, seguindo, também, uma lógica de mercado, não só com respostas prontas (FERRAZ, 2021), mas perguntas também.

As considerações de Ferraz (2021) nos levam a uma outra instância: qual o papel e importância da escola crítica no ensino e na formação de novos pesquisadores, uma vez que a renovação das pessoas que compõem o mercado e a academia passa inevitavelmente pela sala de aula? A escola crítica, enquanto mobilizadora de prática e como um modo de pensar outras possibilidades de organização, confrontantes aos modelos hegemônicos, nos convida a fazer parte desse movimento coletivamente e não sai impune de novas (auto)críticas nesse processo.

A importância da escola crítica no ensino da Administração

Saraiva, Pereira e Rezende (2019) destacam a necessidade da crítica como fundamental para um projeto pedagógico na Administração. Embora o campo seja majoritariamente funcionalista e positivista, assumir tal posicionamento não é utópico, mas uma posição política que assume a pesquisa enquanto prática emancipatória do aluno e, conseqüentemente, da comunidade, por possibilitar uma postura reflexiva em relação ao objeto de estudo. Nesse sentido, há uma preocupação com a formação do aluno como pesquisador, para que seja capaz de julgar e transformar o contexto no qual está inserido, marcando seu agenciamento.

Para Salomon (2000), o processo de pesquisa apreende dois processos da existência humana: compreender e agir. Portanto, a prática proporciona ao pesquisador um suporte para desenvolvimento pessoal e da capacidade crítica, que o liberta da atitude passiva frente à realidade que o cerca (SARAIVA; PEREIRA; REZENDE, 2019). Nesse sentido, destaca-se o papel ativo da pesquisa na capacidade crítica e no desenvolvimento pessoal do pesquisador, emergindo o potencial da pesquisa como uma prática que permite ao pesquisador compreender e agir, desafiando a atitude passiva diante da realidade.

Quando a pesquisa é encarada como um ambiente de aprendizagem, ela desempenha um papel fundamental na educação, permitindo que os estudantes construam conhecimento a partir de sua própria experiência ativa. Nesse contexto, os estudantes têm a oportunidade de atribuir significados pessoais à realidade que os cerca. De acordo com Salomon (2000, p. 34), é importante reconhecer que a realidade, incluindo o ser humano e sua capacidade de compreendê-la, reagir a ela e transformá-la. Trata-se de um processo em constante evolução. Assim, a pesquisa se torna uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a construção de um conhecimento significativo.

No que tange a pesquisa, ela é considerada uma atividade diária que requer uma postura de questionamento sistemático e criativo, aliada a uma intervenção competente na realidade, ou seja, um diálogo crítico constante entre teoria e prática (DEMO, 1996, p.34). Nesse sentido, a pesquisa é compreendida como um processo sistemático de busca pelo conhecimento, fundamentado na ciência.

As perspectivas críticas, como ferramentas pedagógicas, estimulam o discente a assumir um papel de escolha importante ao se posicionar entre a mudança ou manutenção das estruturas

vigentes, responsabilizando-se, portanto, pelo resultado de sua produção. Segundo Freire (1981), a liberdade de escolha só acontece no contexto da educação, quando se superam os limites e contradições do “ensino bancário”, responsável por suprimir a curiosidade presente no processo de aprendizagem para alienar os envolvidos frente à realidade (SARAIVA; PEREIRA; REZENDE, 2019).

Saraiva, Pereira e Rezende (2019) destacam, com base nas reflexões de Freire (1981), a existência de uma consciência ingênua que carece de questionamento crítico. Nesse contexto, o texto é percebido como um instrumento de doutrinação, destinado à memorização e aquisição técnica, sem espaço para questionamentos. Por outro lado, Horkheimer (1991) argumenta que o pensamento crítico consciente é fundamental para o progresso da sociedade. Esta, enquanto produto necessário de um sistema econômico, apresenta uma contradição intrínseca. Ao mesmo tempo em que protesta contra a ordem vigente imposta pelo sistema, busca a autodeterminação do ser humano, um estado em que as ações são resultado da vontade própria e não meramente determinadas por mecanismos externos.

Pierre Bourdieu (2005) desenvolveu uma abordagem crítica e reflexiva em relação à construção do objeto de pesquisa e que também recai sobre a pedagogia, como as práticas são ensinadas. Segundo Bourdieu, não se pode simplesmente esperar que os dados, arquivos ou o computador ofereçam respostas prontas e objetivas. Em vez disso, é necessário adotar uma postura crítica em relação aos métodos e às formas de investigação utilizados. Dessa forma, destacava-se a importância de uma ruptura com o senso comum e com as noções preestabelecidas, buscando uma análise aprofundada das estruturas e dinâmicas sociais. Ele argumentava que a construção do objeto de pesquisa não é um processo neutro, mas está sujeito a influências e interesses diversos, incluindo os daqueles que detêm poder e dominação na sociedade.

Nesse sentido, o pesquisador deve ter consciência das suas próprias posições e pressupostos, bem como das estruturas sociais e simbólicas que moldam sua percepção e interpretação do mundo. Isso implica questionar as evidências aparentes e ir além do senso comum, buscando desvendar as relações de poder, os processos de reprodução social e as formas de dominação presentes na realidade estudada. Na prática, isso significa que o pesquisador deve adotar uma postura crítica em relação aos dados e informações disponíveis, questionando sua origem, confiabilidade e significado. Além disso, Bourdieu enfatiza a importância da reflexividade e da análise dos próprios processos de pesquisa, reconhecendo que as escolhas metodológicas, as categorias de análise e as formas de interpretação são influenciadas por uma série de fatores sociais, culturais e históricos.

Assim, a abordagem de Bourdieu (2005) na construção do objeto de pesquisa está intrinsecamente ligada a uma postura crítica, que questiona as verdades estabelecidas, desconstrói os discursos dominantes e busca uma compreensão mais profunda das estruturas e práticas sociais. Ao adotar essa perspectiva, o pesquisador pode contribuir para a produção de conhecimento mais reflexivo, contestatório e capaz de revelar as relações de poder e as formas de dominação presentes na sociedade.

No caso da ciência administrativa, a proposta de Bourdieu e demais autores que aqui se apresentaram como referências nos convida a questionar a maneira como têm sido produzidos os conhecimentos em Administração. Ao se tomar a ciência administrativa como o estudo da vida coletiva organizada, estruturada e dinamizada a partir das trocas e configurações vinculares e representacionais entre sujeitos, entende-se, portanto, que seu foco deva estar para muito além de um compromisso técnico e funcional com a lógica de produção capitalista. Relativam-se, assim, os modelos e manuais, chamando estudantes, profissionais e pesquisadores em Administração a compreender suas possibilidades contributivas e suas limitações em relação à forma como se lhes apresenta a realidade sócio-organizacional.

Importante aqui mencionar que a escola crítica, assim como as demais áreas do conhecimento humano, tem função de responder as demandas sociais que se apresentam na atualidade. No entanto, buscam investigar fatos e fenômenos para além do visível, contextualizando as práticas, vislumbrando historicamente as conexões e justificativas para as estruturas e práticas sociais, refazendo possibilidades interpretativas como forma de se garantir maior equidade e desenvolvimento humano. Isso equivale a dizer que a escola crítica é também uma ferramenta importante para o que se toma como pragmatismo e objetividade nos modos de produção social. A diferença fundamental é que, ao invés de neutralizar, naturalizar e simplificar a realidade e função de métodos, o que se espera é o encontro com a complexidade do real para que se produzam maiores possibilidades de manejo e utilização coletiva nas práticas cotidianas. Por exemplo: em meios às práticas de gestão de pessoas, ainda muito se questiona sobre motivação e satisfação, assim como as formas de sofrimento no trabalho. Para tanto, ao invés de buscar fórmulas e construir manuais de adaptação comportamental às estruturas vigentes, causadoras das disfunções que se busca evitar na dinâmica das organizações, uma postura crítica nos convidaria a refletir sobre as formas de estruturação das práticas de trabalho e seus impactos nos sujeitos, reorienta-lhes as possibilidades e as formas de articulação, reestruturação e reconfiguração enquanto coletividade. ter-se-ia, assim, maiores condições de promoção da homeostase e da possibilidade de alcance de interesses diversos num espaço coletivo, tal como se propõe nos discursos de gestão de pessoas, tantas vezes deslegitimado e desacreditado exatamente pela falta de análise das contradições que formam a própria prática no contexto organizacional.

Enquanto a escola crítica for tomada como avessa ou como uma escola a ser evitada no contexto corporativo, mais se presentifica a lógica da reprodução do conhecimento em administração, ao invés de incitar em alunos, profissionais e pesquisadores a emancipação e produção contributiva de saberes.

Apontamentos gerais e possíveis conclusões

O modo de produção do conhecimento dominante, positivista e funcionalista, não se mostra capaz de responder e entender as mudanças sociais, contradições e conflitos decorrentes da sociedade atual (TSOUKAS; KNUDSEN, 2011). Há uma necessidade expressiva de se encontrar novas formas de ver e produzir a sociedade, que promovam mudanças e transforme a sociedade para efetivar o que se entende por desenvolvimento e progresso humano, pauta já tratada pelos idealistas e pelo próprio positivismo. O trabalho dos críticos, então, está em apontar que modelos não são naturais e não devem ser únicos, mas uma formatação estabelecida em um processo histórico, podendo e, em alguns casos, devendo ser superado (MOSTAGI, NOGUEIRA; CONTE, 2017).

Segundo Gil (1999, p. 19), os seres humanos ao utilizar suas capacidades, buscam compreender o mundo ao seu redor, desenvolvendo sistemas que lhes permitem conhecer a natureza das coisas e o comportamento das pessoas. Por sua vez, Chauí (2000, p. 274) atribui à ciência um espírito crítico, que desconfia da veracidade de nossas certezas e busca a explicação e superação das aparências. Nesse sentido, acredita-se que esse espírito crítico seja o maior valor educativo da pesquisa. Ao reconhecer a pesquisa como uma prática social transformadora, percebe-se seu potencial de contribuir para a emancipação intelectual dos estudantes, fornecendo um respaldo para a atitude transformadora do sujeito e do seu contexto (SARAIVA; PEREIRA; REZENDE, 2019).

Então, através do contato com a pesquisa e sua exploração de leituras e descobertas, o pesquisador vivencia um processo de emancipação. Adorno e Horkheimer (1985, p. 81-83), citando Kant (1783), destacam que o esclarecimento é a saída do homem da condição de menoridade, pela qual ele próprio é responsável. A menoridade representa a incapacidade de

usar sua própria razão sem a orientação de outros. Portanto, o processo de emancipação intelectual ocorre quando se supera a ignorância e a falta de disposição para se pensar por conta própria (SARAIVA; PEREIRA; REZENDE, 2019) e isso, sem dúvidas, apresenta inúmeros ganhos para a ciência administrativa e sua necessidade de (re)afirmar seu lugar e fixar raízes no desenvolvimento e na emancipação do homem e da sociedade que o cerca.

Ressalta-se, assim, mais uma vez, a importância da Escola Crítica na produção da ciência administrativa, para a consolidação e avanços da área enquanto ciência e seu papel para a transformação dos sujeitos e da realidade, via ensino, pesquisa e ação.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre et al. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. In: **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 2005

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life**. Hants: Ashgate, 1979.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1985

CABRAL, Gabriela Ostrovski et al. **MODELO ANALÍTICO PARA TRABALHOS CIENTÍFICOS À LUZ DO DISCURSO DA TEORIA CRÍTICA**. **Revista Reuna**, v. 25, n. 1, p. 54-72, 2020.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000

DAVEL, E; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 72-85, out./dez. 2003.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

FARIA, J. H. **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 1, 2007.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K.; STEFANI, D. Razão tradicional e razão crítica: os percursos da razão no ensino e a pesquisa em Administração na concepção da teoria crítica. **Revista de Ciências da Administração**, v.18, n.45, p.140-154, Agosto 2016.

FERRAZ, Janayna de Moura. **JOSÉ HENRIQUE DE FARIA: UM MARXISTA CONVICTO NA ADMINISTRAÇÃO**. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 8, n. 22, 2021.

FREITAG, B. **Teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler. Em Três Artigos que se Completam**. São Paulo: Cortez, 2001. Biblioteca online.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 117-154.

KANT, I. **Resposta à Pergunta: Que é Esclarecimento**. 1783 Disponível em: <http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/b47.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2009

LARA, Luiz Gustavo Alves de; VIZEU, Fábio. O potencial da frankfurtianidade de Habermas em estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 17, p. 1-11, 2019.

MARANHÃO, Carolina S.; VILELA, J.R.P.X. A imanência entre a teoria crítica e a pesquisa empírica: contribuições para os estudos organizacionais. **Organizações e Sociedade**, v.24, n.82, p.476-490, Jul./Set.2017.

MATTOS, Lincoln CL et al. O que diria Popper à literatura administrativa de mercado?. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, p. 60-69, 2003.

MELO, R. **Marx e Habermas**. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. São Paulo: Saraiva, 2013.

MONJE-REYES, P.A. La Teoría Crítica como perspectiva de análisis de las relaciones de dominación y los procesos de descentralización en Chile. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, no 2, Artículo 10, Rio de Janeiro, abr./jun. 2015. p.402-409.

MOSTAGI, N. C.; NOGUEIRA, E. F.; CONTE, P. P. S. Abordagens Contemporâneas da Perspectiva Crítica sob a Ótica de Diferentes Modelos Paradigmáticos . **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 15, n. 2, p. 1-14, 2017.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PAES DE PAULA, Ana Paula. **Repensando os estudos organizacionais: para uma nova teoria do conhecimento**. Editora FGV, 2016.

_____. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cadernos Ebape. BR**, p. 24-46, 2016.

_____. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, p. 10-23, 2010.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SALOMON, D. V. **A maravilhosa incerteza**: ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo pensar, pesquisar e criar. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2000

SANTOS, Ricardo Vinicius C. et al. Administração como ciência e Taylor como mito fundador. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 14, n. 3, p. 150-172, 2020.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios da Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Orgs.). Introduction: the need for metha-theoretical reflection in organization theory. In.: _____. **The Oxford handbook of organizational theory: meta-theoretical perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2011, 1-16